

Justiça do Trabalho move ação contra a Eletrosul

Diante da posição intransigente da Diretoria da Eletrosul, o Ministério Público do Trabalho (MPT) instaurou a Ação Civil Pública contra a empresa (nº 11.032-48.2013.5.12.0014). O MPT acusa a Eletrosul de assédio moral individual e coletivo. Além da empresa, são réus na ação o Diretor Presidente, Eurides Mescolotto, e o Diretor de Engenharia e Operação, Ronaldo Custódio. A Ação tramita na 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis e abrange os operadores e técnicos de operação nos esta-

dos de atuação da Eletrosul. Ela é fruto de pedido de mediação solicitado pela Intersul (Intersindical dos eletricitários do Sul do Brasil), ao Ministério Público do Trabalho – MPT que promoveu três audiências de conciliação na tentativa de resolver o impasse após a implantação da “nova política de operação” da Eletrosul. Porém, a empresa não levou a sério as reuniões de conciliação e mostrou descaço com a Notificação Recomendatória 44010/2012 que solicitava a suspensão da referida política de operação, dada às evidências de descumprimento de Acordo Coletivo de Trabalho e de Normas Regulamentadoras (colocando em risco a saúde e segurança dos trabalhadores e também do sistema elétrico).

O procurador do Trabalho, Sandro Eduardo Sardá, que investigou a empresa e ajuizou a Ação Civil Pública explica que **“fica absolutamente evidente a precarização das condições de trabalho, de saúde e de segurança dos empregados, mas também do próprio sistema de transmissão de energia elétrica,** por razões meramente financeiras, isto é, ampliação do lucro da empresa. A inadequação da organização do trabalho é evidente, pois os operadores vêm trabalhando em turnos de revezamento de no mínimo 8 horas, quando não de 10 ou 12 horas, e submetidos a uma sobrecarga de trabalho,

stress e pressão absolutamente inadequada, principalmente em se tratando de atividades de transmissão de energia, serviço essencial, ao qual pequenos erros de procedimento podem adquirir grandes proporções, com danos graves e até irreparáveis aos trabalhadores da empresa, a à própria empresa e a toda a sociedade. Todos os operadores do sistema da empresa estão sendo submetidos a condições inadequadas de trabalho, mas o caso de Curitiba é extremo com operadores trabalhando 18 dias sem folga, com jornadas superiores a 10ª diária e a prestação habitual de 60 a 70 horas extras/mês”. Segundo Sardá, a Ação Civil é a típica atuação em prol do bem comum que busca não só proteger os empregados, como a própria empresa que vem adotando riscos excessivos e sem base legal, e também a sociedade em geral, “pois estamos diante de um serviço essencial, a energia elétrica, que em caso de um colapso pode gerar danos graves e irreparáveis”, ressalta.

Na ação o MPT solicita a adequação das condições de trabalho, o cumprimento das normas regulamentadoras (NR-10 e NR-17) e o pagamento e restauração de direitos trabalhistas desrespeitados (intervalo para alimentação e observância dos intervalos mínimos de 11 horas entre jornadas, dentre outros).

Os sindicatos que compõem a Intersul lamentam que a atitude da diretoria da Eletrosul, neste caso, tenha levado a empresa a tal situação. Nada justifica os prejuízos causados a à saúde e segurança dos trabalhadores, nem o desrespeito ao regramento jurídico. Esperam que, finalmente, a diretoria se conscientize dos impactos dessa política sobre os empregados e a Eletrosul e atue no sentido de saná-los.

Saiba mais sobre o assunto acessando http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2013_10/17_10.php

leia também editorial no meio



Mario Dias, diretor do Sinergia, esteve na manifestação contra o leilão de Libra na segunda-feira no Rio de Janeiro, representando a Intercel e Intersul. “Traição, este é o sentimento que fica depois deste episódio “vergonhoso” arquitetado pelo governo Dilma e seus asseclas”.

leia matéria no meio



Pauta pede aumento real

A primeira rodada de negociação da data-base com a Tractebel aconteceu ontem, dia 23 de outubro às 14 horas, quando este jornal estava sendo encaminhado à gráfica. Por isso os trabalhadores serão informados do resultado da negociação por meio de boletim eletrônico da Intersul.

A maior expectativa é por um aumento real de salário (8%), tendo em vista que em grande parte das negociações de data base realizadas no primeiro semestre de 2013 conquistaram este índice. Os trabalhadores consideram que o aumento real

é a forma da empresa mostrar que valoriza seu trabalho.

“Essa é a hora da empresa ir além do elogio e reconhecer o esforço dos seus trabalhadores. Assim como os acionistas têm recebido a cada semestre a distribuição máxima dos resultados, a negociação coletiva é o momento de reconhecer através de melhores condições de salários, benefícios e condições de trabalho aqueles que são os verdadeiros responsáveis por estes resultados”, analisa a Intersul.

1ª rodada decepciona

Aconteceu nos dias 15 e 16 de outubro no Rio de Janeiro a primeira rodada de negociação da campanha de data base dos trabalhadores do ONS. A contra-proposta da empresa à pauta de reivindicações foi decepcionante. A empresa, por exemplo concordou apenas em repor os salários pelo índice do IPCA do período (6,09%) - apesar da Aneel ter aprovado o orçamento do ONS com uma correção salarial de 7%. Para o vale refeição/alimentação a empresa propôs um aumento no valor facial para R\$35,00, não atendendo as demais reivindicações dos trabalhadores como, por exemplo o aumento do número de talonários.

O ONS se comprometeu a enviar uma proposta oficial a INTERSINDICAL ONS (Interons) até o dia 18 de outubro para ser apreciada pelas assembleias, mas até agora a proposta ainda não chegou.

Assim que a proposta oficial for recebida os sindicatos da Interons realizarão assembleias com os trabalhadores. O indicativo da intersindical é de rejeição da proposta: ela está muito aquém do desejo dos trabalhadores e das possibilidades da empresa.

Vamos continuar a luta! Vamos conquistar um acordo digno!



Entre 8 e 12 de outubro o Sinergia - representando o Brasil - esteve na Colômbia participando do I Encontro Internacional Contra as Transnacionais de Energia que reuniu entre outros ativistas da Guatemala, Chile, Peru, Itália, Espanha. O Sinergia prestou solidariedade e pediu ajuda na sua luta contra a lógica capitalista que domina o setor energético no mundo inteiro e que transforma a energia numa commodity. Os representantes do Sinergia declararam a defesa de um projeto popular, onde a energia esteja nas mãos do Estado e os serviços sejam assegurados universalmente. Por isso deve-se combater qualquer forma de privatização da água que é um bem essencial a vida. O Sinergia declarou ainda condenar a privatização continuada dos bens públicos e recursos naturais efetuada pelo atual governo brasileiro, que entrega concessões públicas a interesses privados. Veja fotos do evento no nosso site <http://sinergia.org.br/wp-admin/post.php?post=7714&action=edit>

Leilão de Libra é inaceitável

“O povo brasileiro está 60% mais pobre”, assim resumiu a Federação Única dos Petroleiros (FUP - que representa os trabalhadores da Petrobrás) o resultado do leilão de Libra, ocorrido na segunda-feira, dia 21, no Rio de Janeiro. Mario Dias, representando a Intercel e Intersul esteve nas manifestações que tentaram barrar o leilão de segunda-feira e conta que o leilão do pré-sal é o “grande divisor de águas” entre este Governo e o Povo. Ele e Diogo Pauletto do Sinte contam que assistiram a “uma demonstração de força descabida de um governo imperialista e antidemocrático disfarçado de popular”.

Para todos que se manifestaram contra o Brasil não deveria ter feito o leilão de Libra. A Petrobrás deveria explorar 100% do nosso petróleo. Mas os movimentos sociais ainda tentaram lutar contra o resultado na Justiça. Uma ação popular segue em julgamento na Justiça Federal em São Paulo movida pelo professor do Instituto de Energia e Ambiente da USP Ildo Sauer, ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras, e pelo o advogado Fábio Konder Comparato. Eles alegam que o processo licitatório “ilegalidades flagrantes” e contra os interesses nacionais.

De acordo com João Moraes, coordenador da FUP, mesmo com a produção continuando nas mãos da Petrobrás, isso não representa uma vitória. “Na teoria, a Petrobrás será responsável pela produção. Na prática, porém, 60% do controle estão em mãos estrangeiras. Portanto, a lógica de extração, produção e investimento será estrangeira”, explica.

Os dados que mais assustam, no entanto, estão relacionados às facilidades oferecidas pelo governo para que as empresas estrangeiras se apropriem de uma de nossas maiores e mais estratégicas riquezas. O governo vem causando um prejuízo crônico à Petrobras, reduzindo drasticamente seu caixa, obrigando-a, de forma ilegal, a comprar combustíveis no exterior e vender mais barato para as distribuidoras, suas concorrentes. Ao mesmo tempo, retoma o campo que estava com a Petrobras por conta da cessão onerosa e estabelece um bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões, que prejudica a Petrobras e impede a participação das demais empresas nacionais.

Além disso, foi lamentável a total falta de diálogo do Governo Brasileiro com as organizações populares e sindicais que criticam o processo de Leilão e privatização do petróleo. Se as vozes do povo brasileiro fossem escutadas, poderia ter sido diferente e melhor.

Em nota a FUP lamenta que “apesar da força da greve nacional dos petroleiros e das diversas manifestações e mobilizações que a categoria re-



alizou pelo país afora junto com os movimentos sociais e centrais sindicais, o governo federal concluiu o primeiro leilão do regime de partilha, entregando às multinacionais Shell e Total Eif 40% do campo de Libra e 20% às petrolíferas chinesas CNPC e CNOOC.

O país antes do leilão era 100% dono de um dos maiores campos de petróleo já descobertos no mundo. Agora o povo brasileiro está 60% mais pobre, pois o Estado brasileiro na, melhor das hipóteses, ficará com 40% desse estratégico reservatório de petróleo.

A Petrobrás, que descobriu Libra, terá menos da metade do campo. O consórcio vencedor do leilão – formado pela Petrobrás (10%), Shell (20%), Total Eif (20%), CNPC (10%) e CNOOC (10%) – ofertou à União o excedente de petróleo mínimo previsto na licitação, ou seja, 41,65%. No entanto, em função da manobra que a ANP realizou no edital, a Petrobrás brasileira poderá ficar com apenas 14,58% do óleo gerado pelo campo de Libra. Esse foi incluído em um dos principais fatos denunciados pela FUP e pela CUT na Ação Civil Pública que tentou barrar o leilão.

A entrega de 60% do campo de Libra para as multinacionais é um dos maiores crimes contra a soberania do país. Um dia triste para o povo brasileiro.”

Futuro

Ildo Sauer lembra que o petróleo está no centro de um embate estratégi-

co e geopolítico. De um lado, se encontram os Estados Unidos e a China, buscando acelerar a produção de petróleo de todos os tipos, inclusive o não convencional. Os Estados Unidos já ocupam a terceira posição no ranking dos maiores produtores globais, prestes a ultrapassar a Rússia e aproximando-se da Arábia Saudita. De outro lado, está a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) que, em 2004/2005, conseguiu elevar os preços do petróleo, sustentando-os a partir daí em torno de 100 dólares o barril. Sauer informou que o custo de produzir direto, ou seja, a relação capital e trabalho, está em 1 dólar na Arábia Saudita e em cerca de 15 dólares, no Brasil. Com o acréscimo de transferências obrigatórias, entre as quais impostos e royalties, o preço do produto chega a 40 dólares o barril.

“E tudo que o governo americano, em conjunto com a China e outros, está fazendo é buscar quebrar a coordenação da Opep que, junto com a Rússia, vem mantendo o preço elevado. Eles querem que o preço do petróleo volte a cair para algo como 40 dólares a 50 dólares, próximo dos custos de produção”. Essa estratégia, disse Sauer, objetiva fazer com que os benefícios do uso e produção do petróleo vão para quem o consome e não para quem o produz.

EDITORIAL

Vamos derrubar este mal

Assédio moral ou violência moral no trabalho não é um fenômeno novo. Pode-se dizer que ele é tão antigo quanto o trabalho.

Não há diferenças significativas na ação de assediadores nos universos público e privado. Porém, em virtude da natureza do serviço público, o assédio se torna mais grave, pelo fato de que na administração pública não existe uma relação patronal direta e sim uma hierarquia que deve ser respeitada.

A relação patronal no serviço público reside no dever do agente público tratar com respeito, decoro e urbanidade de todo e qualquer cidadão. Este é o verdadeiro “patrão”, que custeia a remuneração do agente público por meio do pagamento de tributos.

Na relação de trabalho, o agente público está sujeito ao princípio da hierarquia, constituída principalmente para estabelecer um grau de responsabilização e ordem, objetivando que o serviço público alcance seu objetivo maior, que é o bem comum.

As consequências às vítimas de assédio moral, segundo Molon (2005), estão

diretamente ligadas a fatores relacionados com a intensidade e a duração da agressão. As consequências específicas em curto prazo pelas vítimas do assédio são o estresse e a ansiedade, combinados com um sentimento de impotência e humilhação. Diante disso resultam perturbações físicas: cansaço, nervosismo, distúrbios do sono, enxaqueca, distúrbios digestivos, dores na coluna, etc.

Segundo Hirigoyen (2002, p. 320), “o primeiro passo da prevenção é educar as pessoas para que sejam corretas no cotidiano com seus companheiros de trabalho”. A prevenção do assédio moral, segundo a autora, deve fazer parte de uma política geral de prevenção de riscos profissionais, pois a saúde no trabalho, inclusive a saúde psíquica, é um direito fundamental de todos os funcionários.

“O Sinergia esteve semana passada em Concórdia para Encontro Estadual da Rede Vida Viva, uma iniciativa que propõe discutir a saúde no ambiente de trabalho. Fique ligado nas atividades da rede e ajude a acabar com a violência no trabalho.”

TRABALHADORES UNIDOS, CELOS FORTE!

Voto Henri e Paulo

E prossegue a campanha para Celos. Esta semana, entre outros locais, a chapa 1 divulgou sua proposta na Arllo e na central onde foi feito um contato mais demorado e dada as boas vindas aos novos eletricitas que estão em treinamento

Intercel
intersindical dos eletricitas de santa catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Marli Cristina Scomazzon (DRT/R5 4966). Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz, Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC, CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: jornalismo@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal. www.sindinorte.org | www.sintresc.com.br | www.sintevi.com.br | www.intersul.org | sinds@terra.com.br

Uma TV para alienar o Brasil

De como um grupo minguado e oportunista atropela, em poucas horas, um debate que se trava no Congresso há 22 anos e poderia impulsionar a diversidade e a produção cultural regionais



Parece que alguns parlamentares já esqueceram as “vozes das ruas” gritadas em junho. Com desfaçatez, seis senadores e seis deputados decidiram regular por conta própria o dispositivo constitucional que determina a regionalização da programação de rádio e TV no país. Atropelaram, em poucas horas, um debate que se trava no Congresso há 22 anos. A concentração histórica das programações no eixo Rio-São Paulo faz com que o Brasil não conheça o Brasil. Por isso, os constituintes em 1988 escreveram que “a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão ao princípio da regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei”. Só que essa lei nunca saiu.

Iniciativas para elaborá-la não faltaram. O projeto mais antigo é de 1991, da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Levou 12 anos para ser aprovado na Câmara e está há dez parado no Senado. Por ele, as TVs ficariam obrigadas a veicular, entre 17h e meia-noite, programas produzidos regionalmente. Seriam no mínimo dez horas e no máximo 22 por semana de programas regionais. Esse tempo deveria aumentar, em cinco anos, para o mínimo de 22 e o máximo de 32 horas.

A ampliação do mercado de trabalho para produtores independentes é um dos pontos centrais do projeto. Hoje quase toda a produção televisiva vem das próprias redes nacionais, concentrando-se no eixo Rio-São Paulo. Se a lei fosse aprovada, 40% dos programas regionais exibidos deveriam ser realizados por produtoras independentes, contemplando obras de ficção, documentários e teledramaturgia, dando oportunidade de trabalho a novas gerações de profissionais espalhados por todo o país. O resultado para o público seria – além de conhecer melhor a própria região – desfrutar de experimentos narrativos capazes de romper com a mesmice crônica da televisão brasileira.

A aprovação na Câmara deu-se depois de longas e árduas negociações da autora do projeto com as emissoras e com os deputados que as representam. Remetido ao Senado, o projeto empacou outra vez, e a explicação para isso é simples: 25% dos senadores detêm concessões de TV. Pois justamente um deles, Romero Jucá (PMDB-RR), tornou-se relator da comissão dos 12 parlamentares surdos às vozes das ruas. Com caráter terminativo, ou seja, a decisão por eles tomada vai direto ao plenário, derrubaram

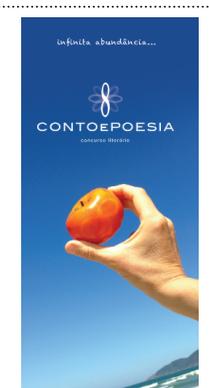
em poucas horas os propósitos dos constituintes de 1988 que estavam, sem dúvida, contemplados no projeto original.

A regulação estabelecida pela comissão chega a ser um escárnio. Considera os horários obrigatórios de propaganda política e as redes nacionais para o pronunciamento de autoridades como “produção regional”. Assim como programas religiosos e jogos de futebol. Como ela não define classificação de horários, as cotas regionais podem ser perfeitamente cumpridas durante a madrugada.

Mas os absurdos não param por aí. Aproveitaram a oportunidade para enfiar no relatório uma cláusula que dá às emissoras o direito de acesso a 5% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, que tem neste ano orçamento de R\$ 260,2 milhões. A justificativa é “incentivar” a regionalização.

Fica difícil entender a necessidade desse incentivo para uma programação regional baseada em programas religiosos (pagos pelas igrejas) e de mensagens políticas (dedutíveis do imposto de renda), como prevê o relatório do senador Jucá. Triste solução para um problema grave. É inconcebível

que um país com as dimensões e a diversidade cultural do Brasil mostre todos os dias pela TV por exemplo, os congestionamentos nas marginais paulistanas. O que isso interessa ao telespectador do Acre ou do Rio Grande do Sul? Escondendo, ao mesmo tempo, acontecimentos locais importantes. Infelizmente, em vez de solução para mudar esse quadro, vem a providência oportunista e mesquinha dessas meias dúzias de parlamentares.



Estão abertas até 16 de dezembro as inscrições do 8º Concurso de Conto e Poesia do Sinergia, que tem como objetivo promover o intercâmbio cultural e estimular a criação literária. Para acessar o regulamento e ficha de inscrição entre no site <http://sinergia.org.br>